

Luís A. de Oliveira Ramos

## Do Bloqueio Continental à Mudança da Corte para o Rio de Janeiro

### R E S U M O

*Do estudo da situação internacional em que a Inglaterra, aliada de Portugal, controla os mares e Napoleão, vitorioso nos campos de batalha europeus, decide impor o Bloqueio Continental, chamando à sua órbita o nosso Reino, com os seus portos, a sua armada e o seu tráfico colonial, o autor desenvolve o debate das tendências de opinião influentes no país e junto do Regente, partidário da neutralidade.*

*Nessa contenda entre anglófilos e francófilos, forçada por Napoleão, D. João inclina-se para a França, em detrimento de Londres, face à invasão napoleónica, volta à antiga aliança, e, comboiado pela esquadra inglesa, segue rumo ao Brasil, onde pretende criar um novo império, garantindo a permanência do Estado e da dinastia com capital no Rio de Janeiro.*

*O Reino, em anos sucessivos, sofrerá as inclemências de uma guerra duríssima, entra em rebelião contra os invasores. Escorraça-os graças ao apoio das forças armadas inglesas, enquanto, além-mar, se constroem bases necessárias para um Brasil autónomo. Pelo funesto tratado de 1810, de Portugal com a Inglaterra, alicerçam-se condições fundamentais do predomínio desta potência nos negócios da Europa e do Mundo.*

Do bloqueio continental à mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e suas incidências aquém e além-mar, a sociedade portuguesa e a realeza experimentam um conjunto de situações únicas no quadro da sua história e na memória dos povos.

O Príncipe Regente D. João e o seu círculo conhecem “novas novidades, grandes acontecimentos e desvairadas mudanças”, para usar a versificação quinhentista de Garcia de Resende. Em variados aspectos, pela positiva como pela negativa, ressonâncias de tais sucessos ilustram o advento do nosso tempo.

Então como agora, as condicionantes externas, as forças profundas, a estatura ou lanheza dos homens de Estado amoldam o curso dos acontecimentos, onde a guerra, sempre imprevisível nos seus efeitos, desempenha um papel singular mesmo se, nesse alvor de oitocentos, a arte e o génio militar se vê contrastado, se não ultrapassado, pelas mutações económicas como fundamento do poder.

Na invasão francesa de 1807, que força a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em causa está a luta pela supremacia entre a França e a Inglaterra que o Imperador Bonaparte não lograra conquistar e vencer, o giro do comércio nos mares, cujo domínio os britânicos confirmaram na batalha naval de Trafalgar em 1805, a intenção de tomar a apetecida armada lusa, o controlo da costa portuguesa e do porto de Lisboa, insubstituível no resguardo e reparação de navios e na mercancia ultramarina, principalmente oriunda do Brasil vastíssimo e de imensa riqueza.

Curiosamente, não obstante Trafalgar, entre 1805 e meados de 1807, depois dos fulgurantes êxitos terrestres de Napoleão frente à Áustria, que levaram à ocupação de Viena e ao fim do Sacro Império, aos seus triunfos frente à Prússia e consequente estadia em Berlim, a que se seguiu o sucesso dos exércitos franceses perante a Rússia e à paz de Tilsit, em Julho de 1807, pactuada com o czar Alexandre I, no espírito do imperador francês persistia a obsessão inglesa e a implantação do sistema continental, de resto, por ele estrategicamente anunciado, em Dezembro 1806, desde Berlim, através do bloqueio continental que, à partida, respondia ao bloqueio marítimo meses antes decretado

por Londres contra os franceses. Era assim indispensável que Portugal integrasse esse bloqueio, repudiando a aliança inglesa, facto não provável, todavia dado como adquirível pelo soberano gaulês. Parecia ainda aos espíritos mais atentos, como evidência, que, para se assenhorear do Continente europeu, Napoleão teria, vencido Portugal, de conquistar a Espanha, nesse ano de 1807, sua aliada servil e envaidecida.

Na verdade, já as tropas de Junot se movimentavam para, através da Península Ibérica, seguirem a caminho de Portugal, quando Bonaparte e Carlos IV celebraram, no final de Outubro, os Tratados de Fontainebleau. O primeiro desses convénios secretos estilhaçava, tripartindo-o, Portugal entre as partes contratantes e previa a divisão do nosso Império de Além-Mar entre as duas potências. Por seu turno, um segundo pacto ou Convenção estabelecia em pormenor a intervenção de tropas espanholas ao lado das francesas na investida contra o nosso país e a dinastia de Bragança. A este propósito, vinque-se, os contingentes militares franceses que se internaram no reino vizinho apresentavam, já na altura, um número de combatentes superior aos necessários para, em conjugação com a Espanha, neutralizar Portugal, um reino mal armado e crédulo na possibilidade de se manter neutral, ideia que, em absoluto desconvinha aos objectivos de supremacia universal de Bonaparte, cuja gula imperial tinha em mente não uma, mas as duas monarquias ibéricas, conforme a história provará.

A fortíssima pressão do imperador no sentido de desviar Portugal da Inglaterra tornara-se bem clara quando, na qualidade de embaixador da França, Andoche Junot chegou a Lisboa, em 1805, e continuou no curso da sua permanência em Portugal.

Daí em diante, Napoleão, que desde o final de 1806 resolvera consolidar o poderio gaulês no Báltico, dirige as suas ambições para o Portugal insubmisso aos ditames da união continental que ideara. Fazia-o não obstante as explicações do Príncipe Regente através do embaixador Junot, e por outras vias, acerca da necessidade do Reino manter a neutralidade e as relações com os britânicos, senhores do mar, a fim de garantir os contactos com as suas ricas possessões ultramarinas e o tráfego mercantil com os ingleses a partir de Lisboa. Deste comércio também a França então beneficiava, nomeadamente quanto a produtos que tinham a ver com o seu apetrechamento militar e industrial.

Desembaraçado das potências alemãs, tranquilo graças à aliança com o czar e com a Espanha, Napoleão decidiu romper os ajustes firmados com o Governo português. Assim, exigiu:

Que “os portos de Portugal fossem fechados aos navios e comércio da Grão – Bretanha”;

“Que todo o inglês domiciliado ou residente em Portugal” passasse a prisioneiro de guerra;

“Que os bens e mercadorias de propriedade inglesa de qualquer qualidade fossem sequestradas”, mesmo se pertença de particulares;

Que se “recebesse em Portugal um exército francês para defender as costas e portos do reino contra as esquadras da Inglaterra.”

Antes, em Agosto de 1806, o Governo inglês incumbira um legado diplomático, Lord Rosslyn, de prometer ajuda a Portugal ou para combater a invasão do Reino ou para transferir a Corte para o Brasil, mas, atendendo à crença lusa na possibilidade de manter a neutralidade e à desconfiança em relação aos ingleses que não apoiaram o nosso País na guerra de 1801, quando se perdeu Olivença, o ministro António de Araújo de Azevedo desvalorizou as propostas britânicas e Rosslyn informou Londres do fracasso da sua missão. O facto pareceu despido de gravidade, pois estava fora de causa a iminência de uma invasão francesa.

No concernente às exigências napoleónicas atrás enunciadas, que surgiram com prazos, um ano mais tarde, decorreram longas e complicadas negociações conduzidas pelo mesmo estadista português e pela nossa diplomacia em Lisboa, Paris, Londres e Madrid, entremeadas por sucessivas reuniões do Conselho de Estado, onde o assunto foi discutido com atenção de acordo com o melindre das circunstâncias.

Nesse Conselho, onde tinham assento os ministros em exercício, antigos ministros e personalidades da alta nobreza, uma minoria, encabeçada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Almeida, ex-ministros e futuros condes de Linhares e de Galveias, defendia a prevalência da aliança inglesa.

A maioria, conduzida pelo então ministro principal, isto é, o ministro assistente ao despacho, António de Araújo, futuro conde da Barca, inclinava-se para a França, em prejuízo da Inglaterra e suas arrogantes prepotências. Qualquer destas tendências dispunha de eminentes apoios nos círculos influentes da sociedade lusa.

Com a anuência do Príncipe Regente, aconteceram sucessivas cedências que culminaram na aceitação das exigências de Napoleão, entre 20 de Outubro e princípios de Novembro, ignorando-se em Portugal as negociações em curso na França, de que resultou o funesto Tratado de Fontainebleau.

De par, em Londres, a 22 de Outubro, fora dos últimos desenvolvimentos pró – franceses, o embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho – de acordo com as antigas e genuínas convicções do Príncipe Regente, paladino da neutralidade, o qual, mesmo quando cedia a Napoleão, desejava a permanência dos pactos com a Inglaterra – concluía com o Gabinete de Londres um importante convénio desde tempos em discussão. Segundo esse acordo, os britânicos renovavam o compromisso de apoiar e comboiar a retirada da Corte portuguesa e das suas esquadras de guerra e comércio para o Brasil, onde eles passariam a dispor de um porto ou dois para negociar, insistiam na celebração de um tratado comercial com Portugal, garantiam a permanência dos Braganças no respectivo trono, não sem advertir das represálias inglesas que a admissão a exigências de Bonaparte implicariam, entre as quais figurava nova ocupação militar da Madeira ou de outra colónia portuguesa, o que, afinal, aconteceu relativamente ao arquipélago atlântico e a Goa. Muito discutido e mal aceite por Lisboa, este convénio revelou-se de grandes repercussões no futuro.

Como adverte o depois Cardeal Saraiva, na altura figura de proa entre os universitários de Coimbra e cronista-mor da Congregação de S. Bento, não é admissível, apesar do que se escreveu na época, pôr em causa o patriotismo e a lealdade das personalidades que defenderam a posição francesa ou a posição inglesa a propósito da partida da Corte para o Brasil e da ocupação de Portugal pelas tropas napoleónicas.

Por isso, olhando com cuidado as tendências que se vislumbravam no meio social esclarecido, segundo escrito inédito daquele futuro Cardeal historiador, redigido em Setembro de 1808, a seguir à sua sabida participação na rebelião contra o imperialismo francês, verificamos, comparando-o com o teor dos textos do Conselho de Estado, que esse monge beneditino beneficiava de conhecimentos privilegiados e logra traduzir, nas suas linhas essenciais, a complexidade dos pontos de vista expressos pela opinião lusa, escrito que vamos sintetizar.

Os que desaprovavam a partida do Príncipe usavam uma expressiva panóplia de argumentos. Ao contrário do que outros pensavam, a retirada da Corte para o Brasil, diziam, não demoveria Napoleão dos seus intentos, antes servia para justificar a subjugação de Portugal e privar o Reino das suas colónias, descobertas e adquiridas à custa de tantas vidas e fazenda.

Ao invés, conservando-se o Príncipe no meio dos seus povos, faltaria ao imperador pretexto para conquistar e usurpar o trono. Se, caso não esperado, dados antecedentes conhecidos, Napoleão o praticasse contra o direito das gentes, tal facto seria verberado e por todos temido na Europa. Decerto, moveria os povos em geral para o combate, nomeadamente os espanhóis, pois ficariam cientes do que os esperava.

De resto, não havia exemplo de Napoleão destronar qualquer monarca sem que este o hostilizasse ou guerreasse e, por maioria de razão, vitimasse o Príncipe Regente, que anuíra às suas exigências anti-inglesas.

Urgia, portanto, ceder em relação à velha aliança e deixar os exércitos napoleónicos ocuparem os nossos portos e fazerem sofrer o nosso comércio, de maneira a obviar à ruína do País, à perda das possessões ultramarinas e ao extremo anquilosamento da economia.

Demais, diziam ainda, a viagem para o Brasil obrigaria a grandes despesas, agravando a situação de debilidade em que andavam as finanças do Reino, desde há anos.

A Marinha ficaria aniquilada, a Corte despovoada, muitas famílias em total desamparo. Os portugueses seriam abandonados pelo Príncipe que devia defendê-los como um pai, mesmo com perigo de vida.

Se rumasse para o Brasil, o Príncipe podia salvar a sua pessoa e aí estabelecer, de futuro, um grande Império, todavia como soberano tinha deveres sagrados para com os seus súbditos da Europa. Ora, ao furta-se a tão notórias obrigações régias, em favor da sua segurança, deixava de cuidar da República e “quase se desligava voluntariamente dos vínculos sociais que unem o vassalo ao monarca”, em prejuízo do direito “à obediência, à fidelidade e ao amor dos portugueses”.

A “translação do trono”, insistiam, só aos ingleses aproveitava, pois “tornavam-se senhores absolutos do comércio das possessões americanas, reduzindo os negociantes portugueses a um tráfego meramente passageiro”, lento e coarctado em estreitos limites, assim vibrando “o último golpe na prosperidade de Portugal”, por demais explorado pelos britânicos.

Em contrapartida, os defensores da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, apesar de ignorarem o que fora aprazado em Fontainebleau, repito, tinham a convicção de que o objectivo imediato de Napoleão, de resto

sabedor, pela diplomacia portuguesa, da possibilidade do Regente ou do seu herdeiro, D. Pedro, zarpar para o Brasil, queria “senhorear-se manhosamente da pessoa do Príncipe”, para deste modo ultimar sem resistência a “usurpação da Coroa”, ou seja, aprisionar D. João e apeá-lo da potestade. Depois, pretendia reapetrechar a sua marinha, dizimada pelo Almirante Nelson, à custa da armada portuguesa e, bem assim, firmar direitos sobre o ultramar português. Numa palavra, apunhalar a Inglaterra, o inimigo principal, também ela interessada na armada e nas produções coloniais e deste modo preparar o império universal.

Os defensores desta corrente afirmavam que o Príncipe, ao deixar Portugal, evidenciava coragem e porventura desencadearia um choque capaz de libertar a Europa da sua letargia.

Segundo o seu convencimento, no Brasil, D. João seria capaz de erguer um novo império, rico e poderoso, a aumentar à custa das vizinhas possessões do inimigo espanhol.

Por força da manutenção da aliança com a Inglaterra e da prossecução das antigas relações de comércio, Portugal lograria, desde o Brasil, desenvolver esses tratos em bases “mais justas e mais iguais”. Poderia, outrossim, contrabalançar o poder de Bonaparte e de toda a Europa continental e nessa parte do mundo publicar leis, bem como transferir para a América os fundamentos da sua “grandeza e elevação e fazer no globo aquela revolução que muitas vezes tem sido anunciada e predita pelos escritores mais abalizados em política”. Ou seja, Portugal, graças a um império brasileiro alargado, estaria em condições de criar um novo mundo, um mundo melhor do que o proposto por Napoleão.

Dominado pela iminência da guerra e pelo medo, a todos escutou o Príncipe Regente entre Agosto e Novembro de 1807. Neste mês, com uma esquadra inglesa a bloquear o Tejo e prestes a tomar Lisboa e a nossa armada, ante a rápida investida através de Portugal dos exércitos franceses, que na segunda metade de Novembro se diziam dispostos a libertar o Reino dos ingleses, considerando as promessas de auxílio britânico e o aviso dos seus conselheiros, o Príncipe decidiu, a contra gosto, partir com a Família Real. Pela primeira vez, um monarca europeu mudava de continente, e não de país ou zona, e partia para uma nova capital a milhares de quilómetros da área de conflito. De resto, desde Agosto ordenara a preparação dos vasos de guerra disponíveis para uso régio, numa viagem até ao Brasil.

De facto, a 24 de Novembro, a vanguarda francesa, guiada pelo comandante-em-chefe, General Junot, sediava em Abrantes, a cerca de 150 quilómetros de Lisboa. Ainda de Espanha, no dia 17, explicara aos portugueses, numa Proclamação mentirosa, que o exército imperial queria auxiliar Portugal contra os britânicos “tiranos dos mares”. Lembra também, olvidando conscientemente os ajustes de Fontainebleau: “o vosso Príncipe declarou guerra à Inglaterra”, combatemos “por uma causa comum”. Daí, Junot esperar que a “bela cidade de Lisboa” o acolhesse “com prazer”.

No mesmo dia 24, o Regente voltara a receber o embaixador inglês Strangford e voltara à aliança inglesa. Por seu turno, o Conselho de Estado ordenara a abertura da barra de Lisboa aos vasos ingleses de batalha e comércio. E no Conselho ficou resolvida a nomeação pelo Príncipe de uma regência com poderes próprios, enquanto durasse a sua ausência. A presidir a tal Conselho ficava o marquês de Abrantes. Não se cortaram as relações com a França, apesar de ser público o teor do Tratado de Fontainebleau e de estar em curso a invasão do País.

Com evidente convicção e aparente ingenuidade, a 26 do mesmo mês D. João rubrica um Manifesto oficial em que explicava as razões de seguir para o Brasil com a mãe, D. Maria I, sua esposa, filhos e áulicos, como ainda a forma de Portugal receber os franceses, a fim de poupar os seus súbditos às inclemências da guerra. Com o irrealismo que também afectava tantos dos seus conselheiros, ministros e diplomatas, dizia-se no Manifesto régio endereçado aos súbditos:

“para evitar as funestas consequências que se devem seguir duma defesa que seria mais nociva que proveitosa... conhecendo igualmente que [ as tropas inimigas ] se dirigem muito particularmente contra a minha real pessoa e que os meus leais vassalos serão menos inquietados ausentando-me eu destes reinos”, resolvi “passar com a Rainha minha Senhora e mãe e com toda a família real para os estados da América e estabelecer-me no Rio de Janeiro até à paz geral”. Aos governadores, deixa Instruções concretas para o exercício da sua tarefa, entre as quais avulta “conservar em paz este Reino”.

A 27, a Família Real embarcava para uma estadia de 14 anos no Rio, com gente vária e muitos objectos ricos, num ambiente de confusão, luto e depressão colectiva. As acomodações e o abastecimento dos vasos de guerra – que só no dia 30 lograram singrar as águas do Atlântico, dada a falta de vento – revelou-se insuficiente,

mas os que viajaram seguiram apinhados nos navios portugueses, apesar dos britânicos terem feito um convite para se utilizarem as suas naus, convite não aceite.

A armada lusa, deveras artilhada e porventura a última armada famosa de Portugal, integrava oito naus, quatro fragatas, três brigues e uma escuna. Acompanhavam a nossa frota de guerra “grande número de navios do Brasil”, num total de 36 velas, escoltadas por vasos de guerra britânicos.

D. Maria I, o Regente, o Príncipe D. Pedro e o Infante D. Miguel viajaram na nau almirante Príncipe Real, considerada uma das melhores da Europa nessa categoria. D. Carlota Joaquina e quatro filhas alojaram-se na Afonso de Albuquerque. Outros infantes, inclusive a futura rainha de Espanha, acomodaram-se na nau Rainha de Portugal. O navio do mesmo tipo, Princesa do Brasil levava as irmãs da Rainha, D. Mariana e D. Maria Benedita, sua nora viúva. As condições da viagem revelaram muitas deficiências. Não havia lugar capaz para nobres, clérigos e plebeus. Carências de água, de alimentos, de roupas e remédios contrastavam com a proliferação de insectos indesejáveis, pois nem tudo se arranjava a tempo, por se julgar que não faltaria ocasião para os últimos preparativos, diz uma fonte coeva. Tempestades, calmarias e bom tempo levaram à perda de coesão da armada. Navios houve cuja viagem durou aproximadamente mês e meio, enquanto outros sofreram reparações de vulto em pleno Atlântico ou andaram perdidos cerca de três meses. Uns alcançaram o Rio directamente, houve quem arribasse a Paraíba. A Rainha, o Regente, D. Carlota Joaquina, D. Pedro e outros membros da Família Real, acostaram na Baía, onde foram triunfalmente recebidos e onde permaneceram um mês antes de demandarem o Rio de Janeiro, depois do Regente abrir os portos do Brasil ao comércio das nações amigas.

A viagem concretizou uma operação naval de grande envergadura, como escreveu um historiador da marinha, pois transportou cerca de dez mil portugueses para o Brasil. E se D. João não fundou o utópico império ideado, entre outros por D. Luís da Cunha e por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a verdade é que conquistou Caiena, a norte do Brasil, ao império francês e, anos mais tarde, pacificou e ligou a Portugal o Estado Cisplatino, isto é, o Uruguai, antes de se consagrar, o inicial criador das estruturas estatais do Reino do Brasil.

Ao contrário de outros soberanos e imperadores da Europa, o futuro D. João VI não caiu nas mãos de Napoleão, não perdeu o império ultramarino. Com a necessária ajuda dos ingleses e a decisiva contribuição do fidelíssimo povo português em rebelião, foram rechaçadas três investidas das tropas imperiais e, ulteriormente, o exército luso invadiu a própria França napoleónica ao lado dos britânicos.

Fundamentalmente, ao transferir a sede do Governo e o centro do poder para o Brasil, o Príncipe pratica um feito que espantou a Europa, porquanto, escreveu o grande historiador René Rémond “com mais de um século de antecedência, um governo europeu abandonará o seu país para manter o princípio e a existência do Estado, como o farão vários governos em 1940, frente ao avanço hitleriano”, aspecto que desde 1975, na esteira daquele mestre, gosto de relembrar.

Relativamente aos pontos de vista dos membros do partido inglês e do partido francês no Portugal de 1807, uma vez mais, o Cardeal D. Frei Francisco de S. Luís Saraiva revelou espírito prospectivo, pois teve a consciência de que pontos de vista essenciais ou laterais de uns e de outros acabaram por se verificar ou vieram a lume.

De qualquer modo, Portugal foi tomado pelas tropas imperiais e D. Maria I destronada em Lisboa, em virtude da recolagem do Príncipe Regente aos ingleses. Outrossim, e contra o que ingenuamente se pensava, Napoleão, ordenando tais procedimentos, não se preocupou com a violação do direito das gentes.

Por outro lado, a estada dos exércitos franceses trouxe, de facto, desvalia aos nossos portos e determinou perdas e mudanças insuperáveis no Reino, visto que, depois da Guerra Peninsular, a cujos heróis presto sincera homenagem, outros tempos começam.

Embora abandonados e sujeitos às omnímodas maldades da guerra, maiores dos que as sofridas em qualquer período da história de Portugal, os portugueses continuaram fiéis ao Príncipe Regente e aos Braganças sem quebrar os vínculos entre os vassallos e o soberano. A Grei ergueu-se como um todo, reagiu e, aliada aos britânicos entrou em luta contra os franceses, independentemente do seu poder e da presença de exércitos gauleses na vizinha Espanha que, depois de humilhada, abandonara a coligação com Bonaparte.

Certo é que os ingleses, sobretudo depois do tratado anglo-luso de 1810, foram os grandes beneficiários da nova instalação da Corte e entraram a fundo na economia brasileira, estimulando e explorando a sua riqueza e carências, em detrimento dos negócios portugueses e, às vezes, até do Brasil, em ascenso.

Com efeito, Napoleão queria a armada portuguesa, o trono de Portugal e decerto as suas possessões coloniais para usar nos manejos e empreendimentos internacionais. Porém, o Príncipe, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, acabou por desferir um golpe essencial e garantiu a permanência da dinastia e do Estado.

Não tirou as vantagens esperadas quanto a tratos mais justos e iguais com a Inglaterra, nem tão pouco criou um dilatado império, diferente e exemplar nas Américas.

Ele e os seus ministros urdiram, sim, as estruturas iniciais de um Brasil autónomo, reino unido de Portugal e dos Algarves em 1815 e, logo depois, surgiu o Império, apadrinhado pelo Príncipe Real D. Pedro, o que, documento recente mostra que a ideia foi insinuado por D. João VI [Carta de D. Pedro a seu pai de 19/06/1822, recolhida no Arq. Imp. de Petrópolis pelo Prof. Eugénio dos Santos].

Em época conturbadíssima, Portugal pasto das destruições das Invasões Francesas, da anterior tutela militar inglesa e da incapacidade governamental a partir do Brasil, gerou um Estado oitocentista regido pelos princípios do liberalismo, pelos ditames da filosofia da liberdade que ainda hoje triunfa aqui e alhures.

Configura ainda um País da União Europeia, não por conquista, mas por consentimento, reagindo contra os opressores de toda a sorte, a fim de gerar sociedades mais livres, mais iguais, mais atentas às peculiaridades de outrem, independentemente do confronto entre os povos no âmbito das relações internas e internacionais, confronto, avidez e também incompreensão que, ontem como hoje, violam a paz, à escala do Orbe.